



A E-Legis abre sua 14ª edição com o excelente texto dos docentes do Mestrado Profissional em Poder Legislativo Malena Rehbein Rodrigues, Antônio Teixeira Barros e Cristiane Brum Bernardes. Abordando **O discurso fundador das mídias legislativas da Câmara dos Deputados** demonstra como a Câmara teve que recorrer a um sistema próprio de comunicação social para poder levar à sociedade uma agenda informativa diferenciada, com enfoques usualmente não contemplados pelos veículos de mídia privados. A comunicação legislativa dialoga diretamente com o princípio constitucional da publicidade, bem como com o papel civilizatório e educativo dos Parlamentos.

Thiago Lopes Carneiro, por sua vez, oferece um texto com uma perspectiva interpretativa para o fenômeno dos protestos de junho de 2013, deixando claro que se trata de uma das múltiplas perspectivas possíveis. No momento em que diversos políticos saem a campo em busca dos votos do eleitor, haja vista a campanha política do segundo semestre deste ano, o texto **Da imobilidade à ação: por que os brasileiros saíram às ruas em junho de 2013? O contágio comportamental como parte da explicação** traz algumas perspectivas interessantes sobre o que mobilizou e pode vir a mobilizar o povo brasileiro como um coletivo.

Na sequência, aparecem dois textos em que as Casas Legislativas (Senado Federal e Câmara dos Deputados) são um caso, confrontado com perspectivas teóricas de outras áreas do conhecimento. São textos interessantes, pois permitem a validação da generalidade (perspectivas gerais que se aplicam igualmente às casas legislativas) bem como a explicitação da singularidade. Márcio Martins apresenta o artigo **A psicodinâmica do reconhecimento no trabalho de informática de terceirizados e concursados da Câmara dos Deputados** e Janaína Sevilha Lopes e Roberto Campos da Rocha Miranda compartilham estudo sobre o **Senado Federal e Terceirização: estudo da retenção de talentos em empresas terceirizadas**.

Fecha-se a edição com um texto que privilegia o Poder Legislativo em si, a partir da observação e pesquisa de um recorte temporal específico. Ricardo de João Braga debruça-se sobre **A agenda legislativa do Governo Castelo Branco: um regime político em transição** para demonstrar que o Poder Legislativo teve atuação relevante em determinado período do governo militar, apesar do que se possa pensar em contrário.

Boa leitura!